

TRABALHO E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO CONTEXTO DAS CRISES CÍCLICAS DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Robson Luiz de França¹
Fabiane Santana Previtalli²
Carlos Lucena³

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

RESUMO:

Este artigo discute as mediações existentes entre a educação, o trabalho e a formação humana. Problematizam-se em três partes quais sejam: Parte 1 – Política e Discurso: Educação, trabalho e formação do trabalhador de nível técnico e tecnológico no Estado de Minas Gerais e Parte 2 – Organização e Controle do Trabalho na Agroindústria fumeira a partir da década de 1990 que são resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Trabalho e Educação de Uberlândia – MG que integra por sua vez o Grupo homônimo interinstitucional ligado ao HISTEDBR. Buscou-se nessas pesquisas principalmente analisar o avanço na formação do trabalhador e a compreensão e apreensão das contradições, avanços e retrocessos, promessas e possibilidades no que se refere ao trabalho, educação e formação humana.

Palavras-chave: Trabalho e educação; Formação do trabalhador; Educação e formação humana.

WORK AND EDUCATION: THE TRAINING OF WORKERS IN THE CONTEXT OF CYCLICAL CRISIS OF CAPITALISM MONOPOLISTIC

ABSTRACT:

This article discusses the mediation between education, work and human development. It analyses into three parts namely: Part 1 - Policy and Discourse: Education, job training and worker's technical and technological level in the State of Minas Gerais and Part 2 - Organization and Control of Labor in Agribusiness flue from the 1990s that are the result of research carried out within the Group for Study and Research in History, Labor and Education in Uberlândia - MG which in turn includes the namesake Group inter-connected to HISTEDBR. We tried to analyze this research mainly advances in worker training and understanding about the contradictions and seizure, progress and setbacks, promises and possibilities with regard to employment, education and human development.

Keywords: Work and education, Worker training, Education and human development.

Introdução

Este artigo discute as mediações existentes entre a educação, o trabalho e a formação humana. Problematizam-se em três partes quais sejam: Parte 1 – Política e Discurso: Educação, trabalho e formação do trabalhador de nível técnico e tecnológico no Estado de Minas Gerais e Parte 2 – Organização e Controle do Trabalho na Agroindústria fumeira a partir da década de 1990 que são resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Trabalho e Educação de Uberlândia – MG que integra por sua vez o Grupo homônimo interinstitucional ligado ao HISTEDBR.

Buscou-se nessas pesquisas, sobretudo, analisar o avanço na formação do trabalhador e a compreensão e apreensão das contradições, avanços e retrocessos, promessas e possibilidades no que se refere ao trabalho, educação e formação humana. Partimos do princípio os mesmos não ocorrem ao acaso, muito menos são frutos de particularidades que se explicam por meio da singularidade dos processos sociais, mas sim, são problematizadas por meio das transformações na economia, na política e na sociedade que se manifestam nas mediações da história em movimento.

Compreende-se a complexidade dessas relações bem como da mediação que ocorre na história em movimento, por um lado, e, por outro, a compreensão desses pressupostos exigem interfaces com diversas áreas de conhecimento das ciências sociais. É sob essa égide que a interlocução dessas diferentes áreas do conhecimento relacionada à complexidade da formação humana articulada ao papel do trabalho e da educação nesse processo é alvo de investigação do conjunto de pesquisadores responsáveis pelo Grupo de Pesquisa “História, Trabalho e Educação” de Uberlândia – Minas Gerais.

Tomamos como princípio que as mediações existentes entre a educação, o trabalho e a formação humana se explicam a partir de processos maiores, entre os quais as crises cíclicas do capitalismo monopolista, a ciência e a tecnologia são grandes exemplos.

Parte 1 - Política e Discurso: Trabalho, Educação e formação do trabalhador de nível técnico e tecnológico no Estado de Minas Gerais⁴

1. Introdução

Parte da consideração que o Estado de Minas Gerais localiza-se na Região Sudeste do Brasil e apresenta segundo uma superfície de 586.523 km² (6,9% do território nacional) com um Produto Interno Bruto (PIB) R\$ 236,9 bilhões (2007) (preliminar) distribuídos é uma população de aproximadamente 19,7 milhões de habitantes. Dentre as principais cidades destaca-se a capital Belo Horizonte (2,5 milhões habitantes) cuja Região Metropolitana de Belo Horizonte possui cerca de 5 milhões de habitantes. Outras cidades de grande importância para o Estado de Minas Gerais são Contagem (608 mil), Uberlândia (608 mil), Juiz de Fora (513 mil), Betim (415 mil), Montes Claros (352 mil), Ribeirão das Neves (329 mil), Uberaba (287 mil), Governador Valadares (260 mil), Ipatinga (238 mil), Santa Luzia (222 mil) e Sete Lagoas (217 mil). Além dessas cidades o Estado de Minas Gerais possui 853 Municípios com uma taxa de urbanização em torno de 84,9% e com aproximadamente 9,96 milhões de pessoas economicamente ativas. Esses dados conferem ao Estado de Minas Gerais o status terceira economia do Brasil e segundo parque industrial do país.

O Estado de Minas Gerais está dividido em 10 grandes regiões: Região Central, Região do Triângulo Mineiro, Região do Alto Paranaíba, Região do Noroeste de Minas Gerais, Região Norte de Minas Gerais, Região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Região do Rio Doce, Região Sul, Região da Zona da Mata, Região Centro Oeste de Minas Gerais.

Apesar da aparente robustez econômica o Estado ainda está em 10º. Lugar no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Brasil que quando isolados as análises apresenta dados extremamente contraditórios como, por exemplo, a região Central considerada com maior população e mais rica em termos de PIB possui um dos IDH mais baixos do Estado.

Cada Região do Estado de Minas Gerais tem como foco de desenvolvimento econômico a chamada vocação regional, ou seja, setores como Pólo Moveleiro, Biotecnologia, Pólo da Cachaça, Eletroeletrônicos, Aço Inox, Calçadista, Fundação dentre outros.

A política neoliberal incrementada pelos governantes nas últimas décadas favoreceu a alta concentração e a uma desigual distribuição de renda, agravando a crise econômica no Brasil, promovendo o desemprego em massa, a imobilidade na produção industrial e agrícola e o falecimento do investimento estatal.

O Estado mínimo⁵, que vem sendo delineado pelo poder político neste país, introduziu uma política social de enfraquecimento das conquistas sociais da classe trabalhadora, com a não introdução dos investimentos financeiros que se fazem necessários para atender as demandas da população. Ao contrário, o Estado investe maciçamente em propagandas que propagam os benefícios de uma sociedade privatizada.

Com a proteção do Estado à economia de mercado, acentuam-se mais as desigualdades sociais fazendo com que o dono do capital tenha sempre mais e seja o dono da bola, acirrando os conflitos sociais e desarticulando as instituições que representam a classe trabalhadora. As palavras de ordem são: "mercado", "escolha" e "direitos do consumidor", que reduzem o cidadão apenas à condição de consumidor.

O discurso neoliberal atribui à intervenção do Estado todos os males sociais e econômicos da nossa atual situação e à iniciativa privada todas as virtudes e saídas; utiliza os meios de comunicação de massa para conquista da consciência social hegemônica; e, a educação, como veículo estratégico de preparação para o mercado de trabalho e como via ideológica de proclamação das excelências do livre mercado e da livre iniciativa.

Para conseguir apoio da população, o projeto neoliberal transforma questões políticas e sociais em questões técnicas. Percebe-se isso, numa análise realizada pelo Ministério do Trabalho^{6 7}, quanto ao aumento do desemprego, quando, o Estado, transfere a questão do desemprego do espaço social e político e coloca-o, apenas, como resultado da introdução de inovações no setor produtivo. A análise realizada vê no vigoroso crescimento da produtividade do trabalho a causa principal do desemprego.

Segundo o Ministério do trabalho, "[...] essas mudanças valorizam os trabalhadores mais qualificados, em detrimento dos menos qualificados" (BRASIL, Tendências do Mercado de Trabalho Brasileiro, www.mtb.gov.br).

Diante do exposto, muitas questões relativas à conquista da cidadania se fazem presentes: pode a conquista da escolaridade garantir a cidadania, num país que não garante ao indivíduo o direito ao trabalho? Pode essa qualificação do trabalhador garantir-lhe emprego, sendo este um dos parâmetros fundamentais para tornar-se cidadão? Em que se percebe a importância do aprendizado da escola, competências desenvolvidas pela escola, para que o trabalhador desenvolva bem o seu trabalho? a realidade social brasileira não compromete o projeto de cidadania?

Sabe-se que no Brasil, a partir de informações do próprio Ministério do Trabalho⁸, que embora a taxa de crescimento da população brasileira venha caindo sistematicamente, existe um contingente expressivo de oferta de mão-de-obra reprimida, a espera de oportunidade para ingresso no mercado de trabalho. O mesmo documento informa uma mudança no perfil etário dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, que, segundo este órgão, se deu em decorrência do nível de nível de qualificação da mão-de-obra exigida por este. Sendo que, só os trabalhadores na faixa etária entre 25 a 39 anos têm conseguido atender a exigência das empresas por serem mais experientes e qualificados. O que se

indaga é se estes trabalhadores estão tendo acesso ao mercado de trabalho por serem mais bem qualificados e experientes em relação aos com menor idade, entre 15 a 24 anos; ou o que ocorre é que o acesso destes, com menor idade, está sendo prejudicado por haver uma grande demanda, melhor qualificada, que diante da falta de empregos melhores, coloca-se a disposição do mercado, aceitando qualquer coisa e, as empresas, no momento de fazer a seleção estão optando por estes, mesmo que o cargo a ser ocupado não exija, necessariamente, pessoas melhor qualificadas e experientes.

Outro ponto importante a ser discutido, é a transferência do problema do desemprego do espaço público, social e político para o âmbito da iniciativa individual, quando o Ministério do Trabalho coloca que, uma das explicações para a menor presença verificada de jovens entre 15 e 24 anos no mercado de trabalho decorre de uma opção individual, segundo verificamos nas palavras do ministro.

Essa situação ocorre, provavelmente, porque esses mais jovens preferem ficar mais tempo na escola, seja formal, seja em cursos de qualificação profissional, antes de ir ao mercado. E por quê? Porque as empresas demandam maior qualificação e os jovens valorizam a educação. (BRASIL, Tendências do Mercado de Trabalho Brasileiro, www.mtb.gov.br).

Diante da realidade social em que vive o nosso país, onde as carências econômicas e sociais da população desafiam-nos e onde cada vez mais os jovens são chamados a participar, mais cedo, da renda familiar, é contraditória a afirmativa de que os jovens estão deixando de ingressar no mercado de trabalho por preferir *ficar mais tempo na escola*.

Sabemos que o desenvolvimento acelerado da economia brasileira a partir dos anos 30 até meados de 1980 favoreceu o ingresso da população jovem pobre no mercado de trabalho, mesmo para aqueles que não possuíam o ensino fundamental completo, e eles estavam lá em busca deste espaço.

Hoje, quando se observa um aumento no nível de pobreza em nosso país é um tanto contraditório colocar que, o retardo no ingresso do jovem no mercado de trabalho se dar em decorrência de um adiamento voluntário em busca de melhor qualificação. Outra questão que se coloca é quanto a exigência real de maior qualificação ou se esta melhor qualificação dos trabalhadores admitidos no mercado de trabalho ocorre em razão de haver uma oferta de mão-de-obra mais bem qualificada disponível.

Percebe-se, portanto, uma necessidade de desenvolver determinadas habilidades básicas para a formação da mão-de-obra qualificada.

O desenvolvimento de habilidades básicas refere-se a

Competências e conhecimentos gerais, essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades (BRASIL, 1999, p. 8).

No entanto algumas questões pairam sobre esse cenário, como por exemplo: Para que servem as competências: para o mundo do trabalho ou para a vida? Na verdade

entendemos que preparar para o mercado de trabalho é diferente de preparar para o mundo do trabalho.

O trabalho e a educação são elementos deste processo de construção da cidadania capitalista. O trabalho agora, diferentemente da visão grega, passa a ser visto como meio necessário para conquista da cidadania. É por meio do trabalho que o indivíduo recebe a parcela a que tem direito nas relações sociais, o seu salário, tornando real a sua condição de cidadão. O trabalhador é proprietário da sua força de trabalho e, de acordo com os seus direitos civis que proporcionam ao indivíduo liberdade em negociar livremente, este vende a sua força de trabalho em troca do salário. Ambos são proprietários: o trabalhador da sua força de trabalho e o capitalista do capital. A idéia que se estabeleceu é a de que ambos necessitam um do outro e, portanto, necessitam conviver em harmonia no espaço social.

Atualmente, diante do novo paradigma produtivo propagado (HARVEY, 1994; CORIAT, 1994, entre outros), o Estado se vê impelido a modificar-se e a se ajustar à nova dinâmica do capital. Para isso, faz-se-ia necessário um novo projeto político que viesse promover as condições necessárias para implantação das mudanças, recuperando, assim, a capacidade de exploração capitalista. Embora o neoliberalismo tenha seus fundamentos na teoria clássica liberal é distinto do liberalismo do século passado.

Esse padrão de requalificação proposto para diminuir as diferenças de conhecimentos ressalta que para os analfabetos adultos ou com um nível de escolarização muito baixo, a esperança de serem instruídos para uma nova função do sector da elite do conhecimento está fora do seu alcance. E mesmo que a reeducação fosse implementada numa escala maciça, não haveria disponibilidade suficiente de empregos de alta tecnologia na economia automatizada do século XXI para absorver o grande número de trabalhadores demitidos (RIFKIN, 1995).

O processo de desemprego, na lógica excludente do projeto neoliberal, faz a sua retórica culpando a própria mão-de-obra pela não-qualificação profissional e por conseqüência culpando os trabalhadores pelo desemprego. Por isso dão prioridade às opções de educação com a tecnologia para universalizar o acesso ao ensino e às novas competências do trabalho.

2. Dos resultados da Pesquisa: Os impasses da formação profissional voltada para o mercado de trabalho emergente

Ao considerar os aspectos estratégicos da economia e produção do Estado de Minas Gerais verificou-se que em relação aos anos 1990 comparativamente constatou-se mudanças significativas de tecnologias de produção bem como alterações nos processos de gestão. Percebeu-se investimentos em equipamentos, instalações ergonômicas para linha de produção, gestão estratégica de logística para escoação da produção. Essas mudanças foram percebidas, em especial, nas empresas e indústrias voltadas para os setores agro-industriais, têxteis, transportes e químico. Ressaltam-se, sobretudo, mudanças tecnológicas em relação ao padrão tecnológico anterior.

Na linha das mudanças tecnológicas estão presente investimentos na aquisição de equipamentos e adequação desses equipamentos às linhas de produção mormente em atendimento à ergonomia com vistas ao aumento da produtividade o que por sua vez impacta nos novos processos de gestão do trabalho. Portanto, constatamos que nas empresas e indústrias pesquisadas, incremento na produtividade foi resultado do processo

de “turbinação” de novas tecnologias no processo de produção do que propriamente da melhoria da qualidade de mão-de-obra.

Percebeu-se que a denominada inovação tecnológica no setor empresarial e industrial do lócus da pesquisa considerou a adoção de novos métodos de gestão do trabalho, tais como programas do tipo de qualidade do trabalho denominado de 5 "S", círculos de controle de qualidade, *benchmarking*, fabricação *just-in-time*, uso de mini fábricas ou de células de trabalho, cursos de capacitação intra-indústria ou empresa, capacitação par ao uso das novas máquinas, adaptação e treinamento dos funcionários nas novas instalações industriais e na ergonomia do trabalho, intensificação da regulação técnica do trabalho individual e em grupo/equipe, reducionismo das decisões à um núcleo técnico-operacional de trabalhadores mais qualificados/treinados.

Dessa maneira percebe-se um distanciamento entre os pensam o trabalho e os que executam entre os que escrevem e prescrevem os manuais operacionais e os que devem cumpri-lo. Ficou evidente também que os setores de planejamento dividem e subdividem os setores de produção de um determinado produto em pequenas células ou ilhas de trabalho que leva a exigir do trabalhador conhecimentos e experiências consideradas tácitos ou necessariamente implícitas ao processo de trabalho. São nesse aspecto, os conhecimentos do trabalhador de acordo com sua formação escolar e profissional que consiste a base de nosso estudo, que tanto os dirigentes das empresas e indústrias pesquisadas quanto os trabalhadores entrevistados, bem como os documentos analisados dos setores de recursos humanos e núcleos de treinamento de pessoal, foram unânimes em afirmar que há uma demanda para novos conhecimentos tendo em vista as adequações e inovações tecnológicas apresentadas aos trabalhadores. As inovações tecnológicas e os novos processos de produção e gestão do trabalho exigem dos trabalhadores habilidades mentais mais intensas e dinâmicas no que se refere ao raciocínio lógico dedutivo e ao domínio de operações mentais de processos de utilização de equipamentos novos no setor produtivo. Por outro lado, os dados revelam que os cursos de educação profissional instituído nas diversas instituições das regiões não conseguiram acompanhar as inovações tecnológicas e de gestão do trabalho necessárias para o aumento da produção e que, portanto havia maior exigência de qualificação (escolaridade formal, formação técnica específica, requisitos comportamentais) diretamente relacionada com os novos processos apresentados, necessitando priorizar uma formação com características de polivalência. Esta inadequação entre escola/formação profissional e mercado de trabalho, de acordo com os relatos dos trabalhadores e dirigentes leva a um prejuízo que vai desde a perda do emprego até a redução da produção devido a necessidade de investir em formação do trabalhador na própria empresa.

Ainda de acordo com os trabalhadores que divididos em grupos de técnicos e grupos que desempenham atividades administrativas percebem que o desempenho nas atividades não tem relação com sua formação escolar, ou seja, dos 45 entrevistados que exercem função técnica operacional no setor produtivo, 72% trabalham na área de formação, no entanto apenas 82% dos entrevistados responderam que o curso de formação não foi suficiente para contribuir com os conhecimentos necessários para o exercício do trabalho, para a realização das atividades profissionais.

Vale salientar que as justificativas apresentadas pelos trabalhadores foram principalmente: defasagem entre o ensino da escola e a atuação profissional; curso muito

teórico, estágio insuficiente, falta de acompanhamento dos professores ao estágio profissional e curso distância da realidade do mercado de trabalho. Por outro lado, a maior parte dos alunos estudou em escolas técnicas federais, 82%, e 7% em escolas públicas estaduais e 11% em escolas técnicas privadas.

3.Considerações Finais: Educação, formação profissional e mercado de trabalho

No que se refere à relação específica entre a formação profissional oferecida nas escolas técnicas da pesquisa, buscou-se verificar se a formação obtida pelo egresso correspondia à necessitada no mercado de trabalho da região de abrangência deste trabalho e para tanto foram feitas entrevistas com professores, gestor escolar e alunos.

Os professores, em uma amostra de 36, e 15 diretores pertencentes a 15 escolas técnico profissionais apresentaram ponto em comum nesta questão que se refere a tentativa de adequação do ensino acadêmico às mudanças no mundo do trabalho, no entanto foram unânimes em afirmar que existe grande dificuldade em desenvolver determinadas competências e habilidades nos alunos devido a rápida mudança em que ocorrem e há ausência de base escolar dos alunos egressos do ensino fundamental. Apontam como grande dificuldade desses alunos a habilidade de pensar matematicamente, de interpretação de textos mais extensos e até mesmo de compreensão de assuntos e temas mais complexos que exigem um raciocínio mais apurado.

Entendem que essas habilidades são fundamentais para as novas competências requeridas nas empresas e indústrias no atual contexto.

Mas vale salientar que dos 88 alunos entrevistados 91% deles relatam que o problema reside na estrutura das escolas e na organização do ensino. Quando perguntado sobre espaço de discussão referente aos problemas do mundo do trabalho, sua reestruturação e o impacto na formação do trabalhador, bem como em mecanismos de desenvolvimento humano por meio do trabalho os alunos, 97% deles afirmaram que havia pouco tempo para esses debates e quando havia as discussões, essas se apresentavam pouco aprofundadas, eram discutidas em superficialidade. Contraditoriamente à resposta dos alunos, dos professores entrevistados 98% afirmaram que as escolas estavam preparadas para oferecer aos alunos o desenvolvimento das habilidades necessárias exigidas no mundo do trabalho, tendo em vista as adequações curriculares ocorridas nos últimos anos, no Brasil, voltadas para o ensino técnico-profissionalizante.

Já para os gestores das empresas utilizadas na amostra dessa pesquisa a percepção é outra, ou seja, a escola não consegue estabelecer conexão necessária com a realidade do mundo do trabalho, identificam deficiências na formação dos trabalhadores que vão desde a compreensão de orientações simples até mesmo à identificação adequada dos símbolos da leitura. Percebe a grande dificuldade de comportamentos socialmente aceitos tais como convivência com os diferentes, respeito às orientações e normas de relações sociais na empresa, comunicação entre os pares, observância das normas de hierarquia, forte absenteísmo e quando em situação de confronto profissional que envolve desafios a tendência é a de transferir a responsabilidade para os pares ou para os superiores ou, ainda, para as condições de trabalho.

É natural por um lado que essas contradições sejam apresentadas tendo em vista questões relativas aos conceitos de formação para o trabalho na empresa e formação para o trabalho na academia, no entanto é fato que há sim um problema na formação dos profissionais que por sua vez contradiz o disposto nas intenções políticas presentes nos diversos documentos e diretrizes curriculares de cursos no Brasil.

Vale salientar que tanto as empresas pesquisas quanto as escolas na figura dos professores não revelaram grande interesse em pesquisas e estudos de caráter científico sobre a temática trabalho e educação ou mesmo formação profissional e educação. Evidenciou-se que a grande preocupação está no aspecto da adaptabilidade do sujeito às inovações tecnológica bem como às rápidas transformações no mundo do trabalho, ou seja, o setor produtivo brasileiro tem incorporado todas as tecnologias importadas, estrangeiras que possam ampliar a produtividade e o lucro, reduzindo a mão-de-obra sem haver qualquer preocupação em desenvolver tecnologias próprias, nacionais e, ainda, sem preocupar em investir de fato, dentro da empresa em recursos humanos capazes de produzir a própria reestruturação produtiva com menor custo e potencializando os lucros sem prejuízos ao trabalhador e ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido ressalta-se que o papel atual da epistemologia educacional, numa visão do mercado de trabalho, sai do mundo das idéias e cai na utilidade prática empobrecendo o valor da existência do Homem na dimensão dos conhecimentos e saberes tendo em vista que crise econômica no Brasil vem sendo delegada, pelo discurso oficial, à incapacidade de desenvolvimento do país em consonância com as exigências do capitalismo central, avançado, marcado pelo acelerado desenvolvimento e sofisticação das forças produtivas. A esta questão geralmente se associa outra, referente à baixa qualificação da mão-de-obra, compreendida como um fator de atraso ou de impedimento do “avanço”. No bojo de tal leitura encontra-se a pseudocentralidade da educação nas relações sociais, argumento traduzido na atualidade como condição inadiável para a participação dos países num mundo globalizado, marcado pela competitividade, qualidade e produtividade.

Neste trabalho pretendeu-se trazer à tona duas discussões: uma referente à relação entre as políticas de qualificação profissional e uma segunda relativa à cisão entre educação escolar e formação do trabalhador que se materializa a partir de tais políticas.

Parte 2 – Organização e Controle do Trabalho na Agroindústria fumeira a partir da década de 1990⁹

1 - A Reestruturação Produtiva no Brasil e Mudanças no Mundo do Trabalho a partir de 1980

A década de 1980 no Brasil foi marcada por um amplo processo de adaptação e imitação dos métodos japoneses pelas empresas ocidentais. O chamado modelo japonês ou toyotismo cujos elementos proporcionam maior controle sobre o fluxo do processo de trabalho, sobre o processo de trabalho sobre o movimento sindical, emergiu para as empresas ocidentais como um “receituário” a fim de promover a recuperação da crise do capitalismo. Nesse momento, as palavras de ordem nas empresas passaram a ser qualidade e flexibilidade.

Inicialmente as empresas adotaram algumas técnicas isoladas e seletivas, voltadas para o controle do processo de trabalho, visando à otimização do processo de produção, redução dos chamados desperdícios e maior envolvimento do trabalhador. As técnicas mais introduzidas pelas empresas foram: os Grupos de Controle da Qualidade (CCQs), os gráficos de Controle Estatístico de Processo (CEP) e o *Just-in-Time* (JIT) interno (ALVES, 2000). Cumpre dizer, que com o fracasso de muitos desses programas, particularmente os que visavam o envolvimento do trabalhador, as empresas começaram a adotar uma prática mais sistêmica no processo de reestruturação (ABREU, et al, 1998; PREVITALLI, 2006a e b).

Deve-se ressaltar que, nesse período, o país passava por um processo de transição política que envolvia o fim dos governos militares autoritários e a redemocratização das instituições políticas. Assim, diferentemente do que ocorria nos países de economias centrais, estava havendo o fortalecimento do movimento sindical, que passou a ser conhecido como “Novo Sindicalismo”¹⁰.

Durante a década de 1990, as empresas intensificaram o processo de reestruturação produtiva por meio da introdução de dois tipos de inovação, quais sejam: (a) inovações técnicas, envolvendo mudança de *lay-out*, introdução de robôs e sistemas CAD/CAM e (b) inovações organizacionais, envolvendo desverticalização e redução de níveis hierárquicos, formação de mini-fábricas, ilhas ou células de produção e introdução do trabalho multifuncional e em grupos (GITAHY; BRESCIANI, 1998; ABREU et al, 1998; PREVITALLI, 2002 e 2006a e b). As empresas passaram a desenvolver uma nova relação interfirmas ao longo da cadeia produtiva, cujas características principais foram: (a) desverticalização da estrutura da empresa, (b) focalização, (c) terceirização e subcontratação, (d) realocação de unidades produtivas para estado e/ou regiões mais atrativas e (e) intensificação das políticas de internacionalização. Esse conjunto de fatores contribuiu para o crescimento da produção, do faturamento, da produtividade e dos investimentos ao longo da década, ao mesmo tempo em que se observou a redução dos níveis de emprego de forma generalizada em diversos setores econômicos (PREVITALLI, 2002).

Se no início da década de 1990 as inovações tecnológicas no cenário industrial no Brasil ainda eram restritas e setoriais, a partir da retomada lenta e ainda incipiente do crescimento da economia, em 1993, pode-se observar uma tendência de crescimento da utilização de novas tecnologias de base microeletrônica na produção. Estas, ao longo da década, passaram a assumir um caráter mais sistêmico ao longo da cadeia produtiva dos setores econômicos (ALVES, 2000).

Quanto ao movimento sindical, faz-se necessário algumas considerações sobre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), nascida em 1983 que, passou por uma mudança de caráter ideológico fundamental ao longo de sua história. Segundo Bresciani (2001), a nova postura afirma uma tendência, cada vez mais acentuada dentro dos principais sindicatos brasileiros, de influenciar o processo de reestruturação industrial.

O que o autor acima identifica como mudanças positivas do sindicalismo brasileiro, Galvão (2006) e Antunes (2006) questionam como uma efetiva forma de intervenção e articulação da luta dos trabalhadores. Para Antunes (2006), existe um movimento no sentido de acomodação dentro da ordem, que se reflete numa prática sindical cada vez menos anticapitalista e mais social-democrata, cada vez menos respaldada numa política de classe. De acordo com Galvão (2006), embora as conquistas da CUT da década de 1980 tenham sido uma barreira para a implementação do neoliberalismo naquela década – às quais podemos acrescentar as características específicas da industrialização e da economia e política brasileiras do período – o sindicalismo cutista passa a década de 1990 tendo que

enfrentar uma queda no crescimento econômico que debilitou a luta dos trabalhadores e enriqueceu os capitalistas.

2.1 – O Caso da Indústria do Fumo na Região do Triângulo Mineiro

A cidade de Uberlândia encontra-se localizada na região Sudeste, na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. Uberlândia tornou-se o terceiro município de Minas Gerais, atrás de Belo Horizonte (2.229.697 habitantes) e Contagem (536.408), apenas, pois superou Juiz de Fora em mais de 50.000 pessoas. Seu ritmo de crescimento foi de 6,69% a.a., na década de 70, de 3,90% na década seguinte e de 3,54% entre 1991 e 2000, muito mais elevados que a média estadual (1,4% a.a., entre 1991/2000) e a brasileira (1,6% a.a., no mesmo período). Comparado aos municípios mais importantes de seu entorno, é também o que tem crescido mais rapidamente, distanciando-se progressivamente dos vizinhos.

Refletindo as contradições e dificuldades sócio-econômicas da maioria das sociedades brasileiras, segundo estudos realizados no ano de 2001 pelo Instituto de Economia da UFU¹¹, a pobreza atinge aproximadamente a 43,30% da população de Uberlândia, sendo que 10,70% são considerados indigentes, isto é, vivem com uma renda média de R\$ 40,48 por mês. Outro aspecto significativo de grande parte da população refere-se ao fato de que 40,15% possui apenas o Ensino Fundamental incompleto e 10,22%, o Ensino Médio incompleto.

Além desses dados, no campo sócio-econômico, estudo realizado por Gandolfi (2001), constatou que o município apresenta um perfil de emprego similar ao do Brasil, onde imperam baixos salários, ampla difusão do trabalho informal, baixa presença dos jovens no mercado de trabalho, assim como predominância do gênero masculino, sobretudo, na Indústria de Transformação e Comércio. Uberlândia, também apresentou piores condições de geração de trabalho quando comparado com os indicadores macroeconômicos de outras regiões semelhantes a esse município, especialmente onde há um predomínio de tempo de serviço e escolaridade baixa entre os trabalhadores empregados formalmente.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), existem aproximadamente 35 indústrias de fumo no Brasil, 16 delas associadas à entidade. Nos anos 90 o país vem liderando o *ranking* mundial de exportação de tabaco, sendo o terceiro produtor mundial. O país produz anualmente 550 mil toneladas de fumo; destas, 435 mil toneladas vão para o mercado externo, restando 115 mil toneladas para consumo interno. Em volume exportado atinge US\$ 1 bilhão/ano, equivalente a 2% das exportações brasileiras.

O setor possui ainda significativo potencial de geração de empregos, aproximadamente 2,5 milhões de empregos, sendo 800 mil diretos¹². Na safra de 2005/06 foram empregados 2.450.000 trabalhadores, sendo 35.0000 (1,4%) trabalhadores diretos com carteira assinada (registrados) na indústria. A grande maioria dos empregos diretos no setor se encontra na lavoura 965.000 (39,4%)¹³. A fumicultura caracteriza-se por ser um agronegócio, envolvendo de forma coordenada a agricultura e a indústria e, seguindo as tendências gerais de reestruturação produtiva no Brasil (ABREU, 1998; PREVITALLI, 2006a e b), apresenta mudanças em suas formas de organização interna e nas relações interfirmas ao longo de sua cadeia produtiva.

No ramo de fabricação de cigarros, a Empresa analisada constitui um dos cinco maiores grupos econômicos brasileiros, sendo subsidiária do grupo *British*

American Tobacco, o segundo maior do mundo no mercado de tabaco, operando em aproximadamente 180 países. Ela foi fundada em 25 de abril de 1903 e atua em toda a produção desde a produção agrícola do fumo, passando pela fabricação e distribuição do produto cigarro tendo, portanto, um nível bastante acentuado de verticalização naquilo que define como seu *core business* e terceirizando atividades consideradas complementares.

Vale dizer que a empresa gera aproximadamente 5 mil empregos diretos e 380 mil empregos indiretos, ao longo da cadeia produtiva. Em 2003 a empresa teve um faturamento de US\$ 6,8 bilhões. Ela detém 60,4% de participação no mercado total brasileiro com cerca de 78 bilhões de unidades de cigarros comercializadas no ano de 2006. Ela é responsável pelo processamento de 3,6% da produção mundial de fumo, posicionando-se entre os três maiores exportadores do Brasil, com aproximadamente de 5,6% do comércio mundial, vendendo para aproximadamente 50 países, em 5 continentes. Possui duas unidades produtivas no Brasil, em Cachoeirinha (RS) e em Uberlândia (MG).

2.1.1 – Organização e Controle na Unidade Produtiva de Uberlândia/MG

A unidade produtiva localizada em Uberlândia foi fundada em 28 de fevereiro de 1978. Atualmente produz aproximadamente 65 bilhões de cigarros/ano, sendo a maior fábrica do segmento em toda a América Latina. Sua localização é estratégica, no Triângulo Mineiro, entre os maiores mercados brasileiros. A fábrica foi a primeira unidade industrial de grande capacidade de produção da Empresa, com uma área construída de 150 mil metros quadrados em um terreno de 872 mil metros quadrados.

O processo de trabalho é composto por 4 linhas de produção em função das matérias-primas, quais sejam: fumo normal, fumo de torrefação, talo longo e talo curto que, ao final do processo, sofrem uma mixagem constituindo a base das diferentes marcas de cigarro (Figura 1). A folha de fumo é separada nas usinas, de modo que o processamento transforma os fardos¹⁴ que chegam à fábrica, distinguindo-se as folhas em Fumo Virgínia (seco em estufa) e Fumo Burley (seco ao ar livre), respectivamente denominam-se os fardos. Todo o processamento do fumo é marcado pelo constante controle de umidade e temperatura.

O rígido controle das variações de umidade e temperatura tem como principal objetivo evitar que a matéria-prima seja desperdiçada ou não chegue nas condições ideais de processamento, ocasionando maior desgaste das máquinas e estragos financeiros. A variação de custo dos cigarros produzidos encontra-se em consonância com a quantidade da principal matéria-prima utilizada (folha de fumo). Dessa forma, quanto mais *mixado* o cigarro, menor o preço final, pois as adições (talo, essências, extratos) possuem menores custos. A produção semanal é determinada pela *célula*, que define marca e quantidade de cigarros produzidos. Esse processo decisório envolve questões de ordem externa, como a demanda do mercado, por exemplo. Encontram-se nas células analistas de processos, técnicos eletrônicos e coordenador.

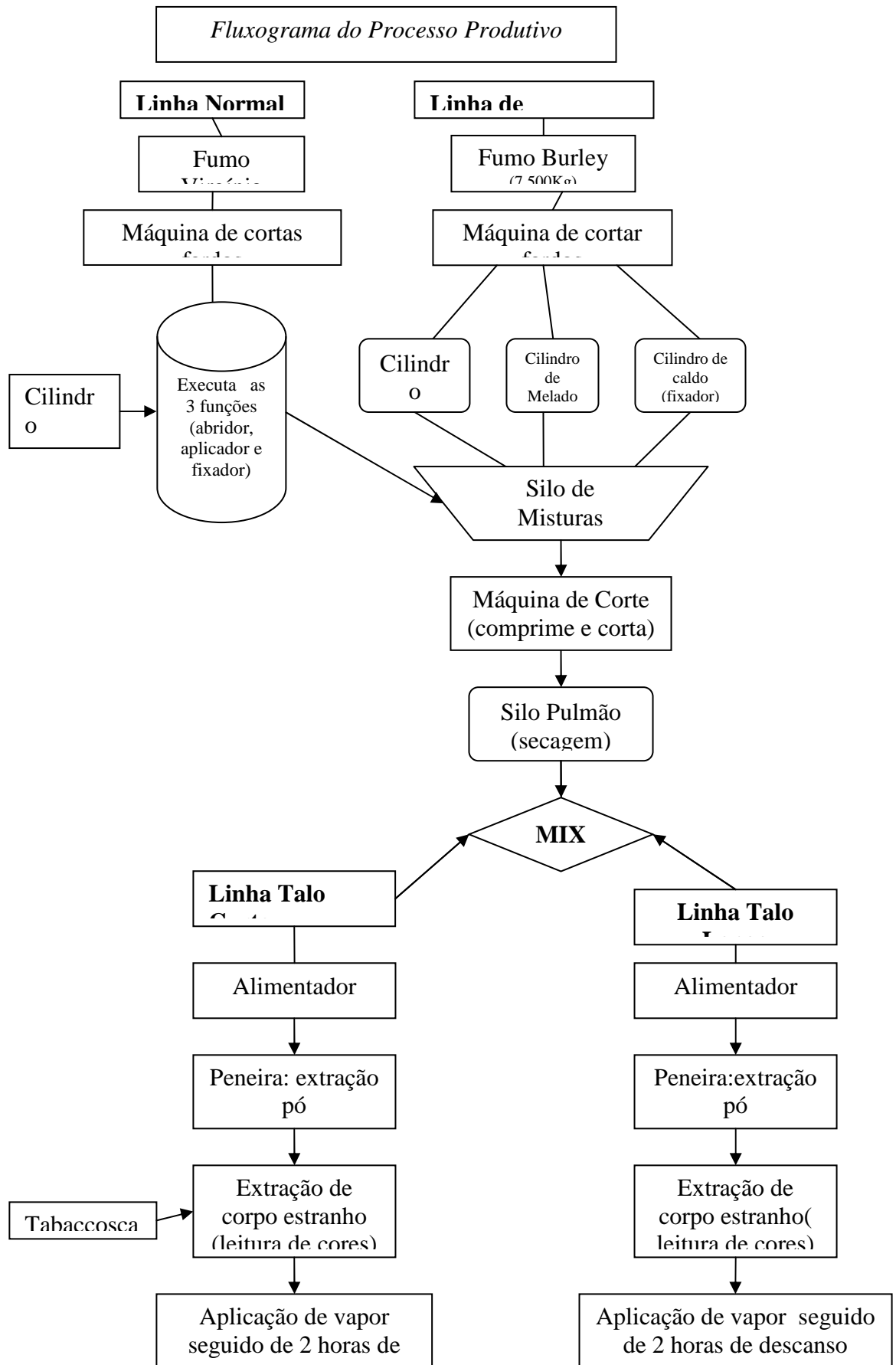


Figura 1: Fluxograma do Processo Produtivo

Na década de 2000, a unidade produtiva intensifica seu processo de reestruturação produtiva, implementando programas que visam assegurar a qualidade do processo e auferir maior flexibilidade e foi introduzido o trabalho em equipes.

O trabalho organizado em equipes atinge, desde a organização de horários de folgas até a resolução de problemas na produção. Além do mais, a produção em células exige a polivalência do trabalhador, já que as máquinas são agrupadas por etapas de produção e não por semelhanças de funcionalidade. Dessa forma, a nova gerência é responsável por aprimorar a qualidade do processo decisório, fomentar a iniciativa (incitar a criatividade do trabalhador), captar e avaliar o *feedback*, analisar incidentes críticos junto às mini-fábricas e reconhecer o “sucesso” quando este for alcançado. Um dos principais papéis da gerência é sua atuação direta no estabelecimento de metas dentro das mini-fábricas e no desenvolvimento de carreiras de seus empregados.

Segundo um entrevistado, a partir desse modelo de gestão, os trabalhadores passaram a receber total autonomia para a tomada de decisões operacionais e de planejamento de suas atividades. No entanto, observamos que as regras são pré-estabelecidas e fixadas pela gerência a fim de atingir as metas de produtividade, delimitando de forma significativa o campo de ações e competências do trabalhador envolvido no projeto.

De acordo com projeto implementado, esse modelo de organização, quando atingido na sua plenitude, afirma que haverá total autonomia às equipes, resultado de um processo evolutivo das formas de organização do processo de trabalho. As equipes passarão a ser mais responsáveis e flexíveis e comprometidas com seus objetivos de produção conferindo as atividades maior energização (*empowerment*). A Figura 2 sugere o modelo de organização em equipes a ser alcançado pela empresa:

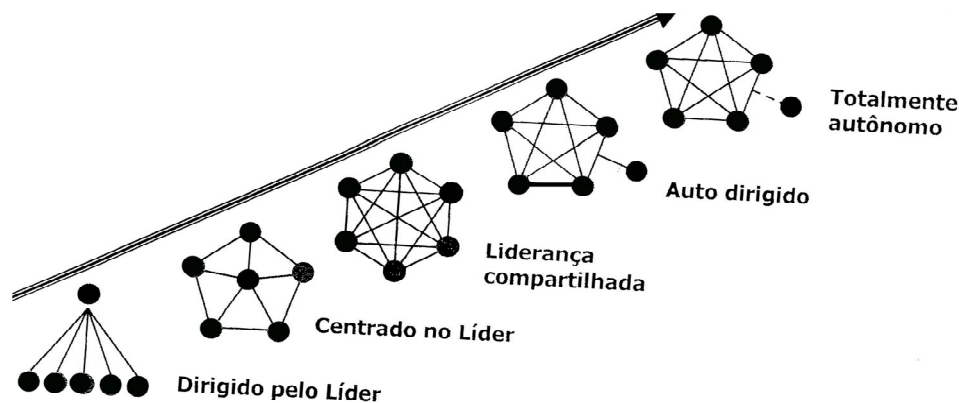


Figura 2: Evolução do Grau de Autonomia das Equipes de Trabalho

Para se atingir o último estágio evolutivo do modelo, o treinamento sugere que os trabalhadores estejam organizados sob os mesmos propósitos e comprometidos com o alcance das metas, adquirindo assim a vantagem da sinergia. A comunicação nesse estágio é sempre incentivada, promovendo a confiança e o encorajamento mútuo para a resolução de problemas. As organizações, tem seu foco na livre competição e na idéia de que os melhores vencerão, aplicando esses conceitos no local de trabalho, incentivando a busca do sucesso individual, reduzindo laços de solidariedade entre os trabalhadores e assim, dificultando estratégias de resistência coletivas.

Observamos na pesquisa que apesar do discurso de maior autonomia do trabalhador no local de trabalho, há a maximização do controle dos tempos e movimentos dos trabalhadores envolvidos nas equipes semi-autônômas, o que nos remete a manutenção dos princípios norteadores do taylorismo-fordismo. Por meio de reuniões relâmpagos e de constantes treinamentos durante o turno de trabalho, enfatiza-se a necessidade de

participação, envolvimento e dedicação durante o processo de trabalho, buscando-se reduzir as porosidades na produção.

Convém destacar que as reuniões relâmpagos têm o objetivo de desestruturar as reuniões espontâneas dos trabalhadores que ocorrem sem o controle e supervisão da gerência (SEWELL, 1998).

Dessa forma, a reestruturação no setor está implicando na adoção de novos padrões de organização de organização e controle, voltados, fundamentalmente, para a captação da subjetividade do trabalhador no sentido de buscar seu comprometimento e afrouxar laços de sociabilidade no chão-de-fábrica¹⁵. Esse processo de inovação implica também no comprometimento e participação do trabalhador na forma de sugestões e projetos sobre o sistema produtivo no dia-a-dia no local de trabalho.

Esse novo modelo de gestão garante aumento de produtividade e benefícios para empresa, a partir da intensificação do controle sobre processo de trabalho. Utilizando-se dessas novas formas de controle a unidade produtiva potencializa elementos essenciais para promover e assegurar a motivação e envolvimento do trabalhador para com os objetivos da própria empresa. A cultura organizacional conseguida através das ideologias de participação e comprometimento com o crescimento da empresa é uma das formas de dominação e controle utilizadas, pois encontra sua legitimação nos valores *a priori* transmitidos e, posteriormente, assimilados pelos trabalhadores.

O incentivo à democratização das informações sob a roupagem de valorização do conhecimento e a possibilidade de bom uso e maior eficiência a partir das mesmas, permite que haja transparência no processo de trabalho, e que, quaisquer mudanças nas etapas do mesmo não permaneçam fora do controle gerencial. Arelado à democratização das informações ocorre a “valorização” da decisão das equipes, motivando os trabalhadores a se desempenharem cada vez, devido às recompensas em grande parte subjetivas que a própria ideologia promove. Dessa forma, a competitividade é acentuada entre as próprias equipes e internamente a elas.

3 - Considerações Finais

As relações que se estabelecem no local de trabalho, construídas, sobretudo, por meio da captura da subjetividade do trabalhador tendem à “integralização” dos trabalhadores aos objetivos da empresa, fundamentalmente por intermédio da introdução do trabalho em grupo que impôs aos trabalhadores um processo crescente de intensificação do trabalho. Essa nova forma de organização e controle do trabalho traz consigo ainda princípios do taylorismo-fordismo, uma vez que está fundado no controle de tempos e movimentos do trabalhador, bem como da imposição de metas pela gerência.

No entanto, o controle e a expropriação do mais valor não ocorrem mais pela presença da figura despótica do chefe ou gerente de seção, mas através da vigilância eletrônica e dos pares no interior dos grupos para o cumprimento das metas. Embora estejam presentes os mecanismos de resistência em função da relação dialética entre capital e trabalho, as estratégias de resistência da classe trabalhadora passaram a priorizar a negociação com as empresas, visando à defesa e à manutenção do emprego. Se há ainda um quadro potencial para o conflito, as práticas de colaboração desenvolvidas pelo movimento sindical sugerem que as formas de oposição são fracas e periféricas. Um dos motivos é que essa nova realidade de dominação se estabelece sobre fios subjetivos de controle.

REFERÊNCIAS

ABREU, A et al., **Projeto II Reestruturação Produtiva e Qualificação. Subprojeto IV Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais da terceirização Industrial em três regiões do país.** CEDES/FINEP/CNPq-PCDT, 1998.

ALVES, G., **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo, Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. (Org), **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil,** São Paulo, Boitempo, 2006.

ARANHA, A. V. S. **O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador.** In Revista Trabalho e Educação. Belo Horizonte-MG: No. 2, 1997. p. 12-30

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** 15ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL, Ministério do Trabalho do. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado.** Brasília: Ministério do Trabalho, 1999b.

BRASIL, Ministério do Trabalho do. **Guia do PLANFOR 1999 - 2002.** 1999. Brasília: Ministério do Trabalho, 1999.

_____. **Plano Decenal de Educação para Todos em Minas Gerais.** Belo Horizonte-MG, 1994.

BRASIL, Ministério do Trabalho do. **Questões Críticas da Educação Brasileira.** Brasília: Ministério do Trabalho, 1995.

BRASIL, Ministério do Trabalho do. **Tendências do Mercado de Trabalho Brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho.** Exposição realizada na câmara dos Deputados em 14/05/98. Homepage: www.mtb.gov.br

BRASIL, Ministério do Trabalho. **HABILIDADES, uma questão de competências?** Brasília: FAT/CODEFAT, 1996b.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Decenal de Educação para Todos.** Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Educação e Trabalho;** um projeto para jovens e adultos de baixa escolaridade. Brasília: Ministério do Trabalho, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Educação Profissional no Brasil: conceitos e Práticas em debate.** Brasília: Ministério do Trabalho, 1997. Brasileira, 1997. 225p.

BRASIL. **Educação profissional no Brasil: conceitos e práticas em debate.** Brasília: Ministério do Trabalho, 1997.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BUTLER, E. “**A contribuição de Hayek às idéias políticas e econômicas de nosso tempo**”. Rio de Janeiro: Liberal, 1983.

CASTRO, Claudio M. e CARNOY, Martín (Orgs.) **Como anda a reforma da educação na América Latina?** Trad. Luiz Alberto Monjardim e Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães. – Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CASTRO, M.H.G.de. O impacto da implementação do Fundef do Estados e municípios: primeiras observações. In. COSTA, V.L.C.(Org.). **Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento.** São Paulo: Fundap, Cortez, 1999.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Avesso: o modelo japonês de trabalho e organização.** Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

EVANGELISTA, J.E. “**Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós Moderno**”. São Paulo; Cortez, 1992.

FRANÇA, R. L. **Ciência Política, Estado, Poder e autoridade: Representação do conceito de política para o Estado Moderno.** Uberlândia: Claranto, 2008.

FRANÇA, R. L., FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. **Clima Organizacional e as relações de trabalho no contexto organizacional: poder, cultura e precarização do trabalho.** Uberlândia: Claranto, 2008.

FRANÇA, R. L., BRITO, Lucia Elena Pereira Franco. **Reestruturação Capitalista: as indissociáveis e configurações do cenário político e do mundo e do mundo do trabalho.** In: Educação e Trabalho – Políticas públicas e a formação para o trabalho. 1ª. Ed.Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2009, v.1, p. 37-58.

FRANÇA, R. L., SILVA, Maria Vieira, PREVITALI, Fabiane Santana, LUCENA, Carlos Alberto

Trabalho, Educação e Sociedade: A formação do trabalhador no âmbito da acumulação do capital. In: Educação e Trabalho – Políticas públicas e a formação para o trabalho.1 ed.CAMPINAS : Editora Átomo & Alínea Ltda, 2009, v.1, p. 112-138.

FRANÇA, R. L., FRANCA, P. I. S. **A dimensão ontológica do trabalho e a relação com o reducionismo ao economicismo do emprego no ensino superior.** In: Trabalho, precarização e formação humana.1 ed.São Paulo : Átomo e Alínea, 2008, v.1, p. 143-167.

FRANÇA, R. L. **O Trabalho como Princípio da Dignidade da Pessoa Humana: Estado, Educação e Cidadania** In: Capitalismo, estado e educação ed.São Paulo : Átomo e Alínea, 2008, v.1, p. 152-176.

FRANÇA, R. L. (Org.) CARVALHO, Brigida Maria Pimenta, FRANCA, P. I. S., LUCENA, Carlos Alberto, PREVITALI, Fabiane Santana, SOUZA, Inayá de, SOUZA,

Luciene Maria de, SOUZA, Vilma Aparecida de, LIMA, A. B., SILVA, Maria Vieira. **Educação e Trabalho – Políticas públicas e a formação para o trabalho**. Campinas : Editora Átomo Ltda, 2009, v.1. p.218.

FERREIRA, Nilda. **Cidadania: uma questão para a educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREDERICO, C. “**Razão e Desrazão: a lógica das coisas e a pós-modernidade**”. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, 1997, n.º 55, p.155-187.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Capitalismo Real**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. IN: ____ (org.). **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O local face ao Nacional e ao Global - Limites e Possibilidades. IN: **Revista da ADUEL - SINDIPROL**, nº 02, Ano 2, edição 1997.

GANDOLFI, M.R.C. **Uma análise sobre o emprego formal no município de Uberlândia, Minas Gerais**. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico: Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado. 2001.

GITAHY, L; BRESCIANI, L. P. “Reestruturação Produtiva e Trabalho na Indústria Automobilística Brasileira. *Texto para Discussão N. 24*. Campinas: DPCT/IG/UNICAMP. Campinas, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, Helena. Da Polarização das Qualificações ao Modelo da Competência. IN: FERRETI, Celso J. et all (orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e Educação**. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização

LUCENA, Carlos. **Aprendendo na Luta**: A História do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia. - São Paulo: Ed. Publisher Brasil, 1997. 147p.

_____. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria de petróleo no Brasil. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2004.

MARSHALL, T. H.. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MARX, K. Grundrisse. In MARX K. **Obras Completas**: conseqüências sociais do avanço tecnológico. SP: Edições Populares, 1980.

_____. **O Capital**: crítica da economia política; Livro 1o, Volume II, tradução Regis Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984. 305p.

_____. **Capítulo VI (inédito) do Livro Primeiro de O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1985. 169p.

MEHEDFF, Nassim Gabriel. **Do "operário padrão" ao cidadão produtivo**: o desafio de educar para a empregabilidade. IN: BRASIL, Ministério do Trabalho - SEFOR.

MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo Editoria, 1999.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PREVITALLI, F. S. **Controle e Resistência na Organização do Trabalho: o caso de uma empresa montadora nos anos 90**. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP/IFCH, 2002.

PREVITALLI, F. S. **Controle e Resistência do Trabalho sob a Égide do Neoliberalismo**. Trabalho publicado nos Anais do Terceiro Congresso Latinoamericano de Ciência Política - ALACIP. IFCH/UNICAMP. Capinas, 2006b.

PREVITALLI, F.S. O Caso Mercedes-Benz: ABC e Campinas. IN: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006a, pp: 147-155.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: *Makron Books*, 1996.

SANTOS, E. H. **Trabalho Prescrito e Trabalho Real no Atual Mundo do trabalho**. Revista Trabalho e Educação. Belo Horizonte-MG: n° 1, 1997. p. 13-27.

SEWELL, G. **The Discipline of Teams**: the control of team-based industrial work through electronic and peer surveillance. IN: *Administrative Science Quarterly*, 43 (2), June, 1998.

SILVA, T.T. da S. **Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia**. IN: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tadeu da Silva (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

TADDEI, E. H. **"Empregabilidade" e Formação Profissional**: A "Nova" Face da Política Social da Europa. In SILVA, H. S. **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. São Paulo: Vozes, 1999. pp. 340-367.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Economia e Filosofia no Pensamento Político Moderno**. Campinas/SP: Pontes, 1995.

Notas:

¹ Doutor em Educação pela Universidade Julio Mesquita Filho – UNESP/Araraquara – SP. Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do CNPq.

² Docente do Departamento de Ciências Sociais - Decis/Fafcs e do Programa de Pós-Graduação em Educação – Faced, da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade. Pesquisadora Fapemig.

³ Cientista Social. Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Grupo de Pesquisa História, Trabalho e Educação junto ao CNPQ. Pesquisador da Fapemig.

⁴ Pesquisa financiada com recursos do CNPQ.

⁵ Isso não significa, necessariamente, "um Estado pequeno, mas um Estado articulador e financiador da reestruturação produtiva na lógica do ajustamento controlado pelo mercado"(FRIGOTTO, 1997, p.36).

⁶ Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

⁷ Documento resultado de uma exposição realizada na Câmara dos Deputados, em 14/05/98, pelo então Ministro do Trabalho, Sr. Edward Amadeo: Mercado de Trabalho Brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. Homepage do Ministério do Trabalho: www.mtb.gov.br

⁸ Dados obtidos no documento "Tendências do Mercado de Trabalho Brasileiro", na Homepage do Ministério do Trabalho: www.mtb.gov.br .

⁹ O presente artigo apresenta resultados parciais de pesquisa que vem sendo desenvolvida na região do triângulo mineiro/MG, no âmbito do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade. Agradecemos aos pesquisadores envolvidos nesta pesquisa: Andréia Farina de Faria, Igor Storti Pizotti e Hinuany Borges de Melo. Pesquisa apoiada pela FAPEMIG.

¹⁰ Consultar Boito Jr. 1999; Galvão, 2006.

¹¹ Relatório cujo título é: "Condições Sócio-Econômica das Famílias de Uberlândia", sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. O trabalho de coleta de informações desenvolveu-se no período de 9 de abril a 13 de julho de 2001 e teve apoio (transporte e alimentação) da Prefeitura do Município.

¹² <http://www.istoe/dinheiro> - Maio, 2002).

¹³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2005).

¹⁴ Cada fardo tem 200kg.

¹⁵ Os resultados da pesquisa ainda não são conclusivos.

Artigo recebido em: 25/09/2009

Aprovado para publicação em: 02/10/2009